



COLEÇÃO *Equidade e saúde nos sistemas alimentares* | *Pnae indígena*

PELA MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR GUARANI E KAIOWÁ RECOMENDAÇÕES PARA O CASO DE CAARAPÓ (MS)

A adequação das refeições escolares em terras e escolas indígenas é um dos grandes desafios do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**, que tem entre suas diretrizes o respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis, ao que se soma a prioridade que deve ser dada às compras de alimentos produzidos por agricultores indígenas. A regionalização da alimentação escolar é um caminho importante para a garantia do **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)** dos povos indígenas, que historicamente sofrem violências e a precarização de seus sistemas alimentares, com graves consequências sobre o acesso à alimentos de qualidade e à própria cultura alimentar, como acontece com os Guarani e Kaiowá.

Em maio de 2022, por meio de entrevistas e rodas de conversa com diferentes públicos e instituições, a **FIAN Brasil** produziu um **estudo de caso** que pretende contribuir para melhorar a oferta de alimentação escolar indígena

em Caarapó (MS) e apoiar o fortalecimento da produção agroecológica das duas etnias. Este documento sintetiza informações, análises e recomendações que podem ser acessadas, na íntegra, no livreto **Alimentação Escolar Guarani e Kaiowá: Diagnóstico e Recomendações ao Município de Caarapó (MS)**, que tem como panorama a busca por **equidade nos sistemas alimentares**. Também objetiva colaborar com os esforços empreendidos pela rede Catrapovos no estado do Mato Grosso do Sul.



fianbrasil.org.br/diagnostico-pnae-gk



O MUNICÍPIO E O PNAE

O município de Caarapó procura atender às diretrizes do Pnae, com relevante aporte de recursos próprios e a inclusão de receitas tradicionais no cardápio das escolas indígenas. Os dados mais recentes disponibilizados pelo FNDE, referentes a 2018, mostram que 54% dos repasses anuais do fundo ao município foram utilizados na compra direta de alimentos da agricultura familiar.

Na **Aldeia Te'yikue** (Reserva Indígena Caarapó), chamam a atenção duas experiências desenvolvidas no âmbito da **Escola Municipal Indígena (EMI) Ñandejara**, por iniciativa de professores indígenas: o **projeto Sabor da Terra** e a **Unidade Experimental Poty Reñoi**. Ambas as iniciativas têm como objetivo fortalecer e valorizar os sistemas e hábitos alimentares guarani e kaiowá, assim como evitar consequências da acelerada transição alimentar como o aumento do **consumo de produtos ultraprocessados** e das **doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs)**.



ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO



REPASSES DO ORÇAMENTO FEDERAL (2021):

R\$ 581.669



REPASSES DO ORÇAMENTO MUNICIPAL (2021):

R\$ 1.281.709



ORÇAMENTO TOTAL PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (2021):

R\$ 1.863.378



POPULAÇÃO:

31.005 (2021)



ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA:

21



ALUNOS MATRICULADOS:

7.940 (2022)



ALUNOS AUTODECLARADOS INDÍGENAS:

1.904 (24%)

Fonte: Censo de Estatística da Educação Básica



RESPONSÁVEIS TÉCNICAS (RTS) NUTRICIONISTAS

DIFICULDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E CONTESTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA CONTRA ETNIAS DA REGIÃO

AUSÊNCIA DE AGRICULTORES/AS INDÍGENAS NO FORNECIMENTO DE ALIMENTOS

DIFICULDADES

DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO A HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS NAS ESCOLAS

BAIXA DIVERSIFICAÇÃO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR

A ausência de agricultores indígenas no fornecimento de alimentos indica que o município ainda não atende às prioridades estabelecidas em lei. Este é um problema cujas raízes se encontram em múltiplos fatores, incluindo o histórico de violência contra as etnias da região e a precária situação fundiária vivenciada pelos povos Guarani e Kaiowá no MS.

Entre os principais **gargalos** estão o acesso dos agricultores indígenas à assistência técnica e extensão rural adequada a seu modo de produção tradicional e a obtenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

RECOMENDAÇÕES PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM CAARAPÓ

Prefeitura:

- Tornar prioridade a aquisição de alimentos produzidos por agricultores guarani e kaiowá por meio de: chamadas públicas diferenciadas para os produtores indígenas, com tomadas de preço específicas, que incorporem os gastos logísticos e de processamento; mutirões para inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)¹, mapeamento agrícola e projetos pilotos de fornecimento de alimentos produzidos na aldeia para as escolas indígenas;
- Destinar vagas do Programa de Aquisição de Alimentos (ou Programa Alimenta Brasil) disponibilizadas pelo governo do estado a agricultores familiares indígenas;
- Regular a alimentação escolar no município, garantindo por lei o orçamento próprio para assegurar atendimento universal de qualidade em todo o período escolar;
- Assegurar ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) plenas condições de funcionamento, com a devida transparência de informações e disponibilização de transporte suficiente para atividades de monitoramento regular;
- Assegurar condições físicas e sanitárias necessárias para a oferta de alimentação adequada, atentando para estruturas como refeitórios com capacidade de acolhimento de estudantes e para os equipamentos das cozinhas;
- Ampliar e diversificar a oferta de frutas, legumes e verduras, com vistas ao atendimento progressivo das determinações da Resolução 6/2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Realizar testes de aceitabilidade da alimentação escolar entre os estudantes;
- Apoiar e promover esforços de educação alimentar e nutricional (EAN), por meio de atividades que alertem para os riscos de saúde associados ao consumo de produtos ultraprocessados, investindo em projetos como o Sabor da Terra e a Unidade Experimental Poty Reñoi;
- Realizar capacitações entre as cozinheiras indígenas, sobretudo no contexto das adaptações necessárias para o atendimento da Resolução 6/2020.

1. Que substitui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A transição entre os dois sistemas é tema de grupo de trabalho no governo federal.

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer):

- Definir procedimentos e emitir regulação estadual para a inscrição de agricultores indígenas do MS no CAF, com respeito à autonomia dos povos e ao direito à autodeterminação;
- Apoiar agricultores/as guarani e kaiowá de modo continuado, da produção à venda, incluindo apoio em editais e em serviços de Ater agroecológica, atendendo às especificidades culturais desses povos.

Escola Municipal Indígena (EMI) Ñandejara:

- Integrar experiências como o banco de sementes, a unidade experimental e o viveiro de mudas às estratégias de fornecimento de alimentos às escolas;
- Incorporar de forma central em seu projeto político-pedagógico intercultural o tema dos sistemas alimentares e da cultura alimentar;
- Promover o debate com a comunidade escolar para identificar preparações culinárias à base de alimentos produzidos por agricultores indígenas, como mandioca e milho, que podem ser incorporadas aos cardápios das escolas.

Ministério Público Federal (MPF):

- Contribuir na mediação entre agentes públicos para solucionar entraves de documentação verificados entre agricultores indígenas, como a inscrição no CAF, e posicionar-se sobre a situação de alimentos produzidos em áreas de retomada.

Além de garantia da segurança alimentar e nutricional nas escolas, condição básica para o crescimento e aprendizado dos estudantes, a oferta regionalizada de alimentação escolar tem o potencial de promover uma alimentação saudável, hábitos alimentares culturalmente adequados e uma economia da sociobiodiversidade. Considerando a obrigatoriedade legal e as oportunidades oferecidas pela alimentação escolar indígena no município de Caarapó, é importante buscar soluções para os desafios que se colocam e construir coletivamente os caminhos para sua efetivação.

A FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas atua há duas décadas com a vida e a dignidade humana como norte. É uma seção da FIAN Internacional, presente em mais de 50 países.

Acompanha a situação dos Guarani e Kaiowá desde 2005, sempre respeitando o protagonismo das organizações representativas das etnias e em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Tem contribuído, assim, para que as denúncias dos dois povos obtenham a devida repercussão nacional e internacional, em espaços como o Supremo Tribunal Federal (STF), o Parlamento Europeu e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Cidh), assim como na imprensa.

Nota técnica encomendada pela FIAN a três pesquisadores em 2021, que abrangeu 12 comunidades, mostrou como a pandemia agravou a insegurança alimentar e nutricional nos territórios guarani e kaiowá. O trabalho reiterou constatação de levantamento concluído cinco anos antes, em que a insegurança alimentar apareceu em 100% dos domicílios de três localidades. Os autores assinalam a centralidade da regularização fundiária e de apoio à produção agroecológica para permitir a construção de uma vida digna e soberana.

É nesse sentido que foi pensado o estudo de caso na Aldeia Te'yikue, combinando diagnóstico e apoio a iniciativas locais por meio do Pnae, como parte do projeto “Equidade e saúde nos sistemas alimentares”, com ênfase nas compras públicas. **Além do diagnóstico com recomendações, o trabalho de campo embasou um livreto sobre cultura alimentar e um minidocumentário, disponíveis no site da FIAN.**



fianbrasil.org.br/pnaeGK

No Mato Grosso do Sul, a entidade também tem participado das reuniões da Catrapovos, desdobramento da Mesa Permanente de Diálogo Catrapovos Brasil, composta por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil sob liderança do Ministério Público Federal (MPF) para fomentar a adoção da alimentação tradicional em escolas indígenas e de comunidades quilombolas, extrativistas e caiçaras, entre outras.

A FIAN atua no tema, ainda, no âmbito do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE), do qual compõe a secretaria executiva ao lado do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). Em 2022, o ÓAE engajou dezenas de organizações na campanha pelo reajuste do orçamento do Pnae, necessário para que as escolas consigam servir, como determina a Lei 11.947, refeições adequadas dos pontos de vista de quantitativo, nutricional e cultural – além de apoiar a agricultura familiar.

SIGA COM A GENTE NESTA CAMINHADA!

fianbrasil.org.br



youtube.com/FIANBrasil



facebook.com/FIANnoBrasil



instagram.com/fianbrasil



FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas

Endereço: SCLN 413, Bloco A, Salas 219/220, Asa Norte, Brasília- DF.

Telefone: (61) 3224-0454

E-mail: fian@fianbrasil.org.br

Site: fianbrasil.org.br



**FIAN
BRASIL**

Apoio:

**Global Health
Advocacy Incubator**

